Relatório da Administração

Relatório de Administração 2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

Submetemos para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O ano de 2011 foi marcado pelas dificuldades oriundas da crise internacional que impactou a economia mundial. A elevação da inflação, o aumento das taxas de juros e o encarecimento do crédito provocaram, de uma forma geral, perda do poder de compra dos consumidores.

No campo regulatório, merece destaque fatos específicos do setor elétrico que também impactaram no nível de arrecadação, dentre eles as mudanças decorrentes das novas regras comerciais estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/10, que implicaram em restrição nas ações de cobrança referente aos débitos já existentes, recuperação de perdas e aumento dos custos para combatê-las.

As alterações das regras de aplicação da tarifa social de energia elétrica para os consumidores de baixa renda, decorrentes de novos critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, exigiram um esforço maior do Grupo Neoenergia em parceria com prefeituras para recadastrar as famílias que se enquadram no benefício da tarifa social junto ao cadastro único do Governo Federal.

Esse esforço permitiu ampliar em mais de 50% o cadastramento de famílias para atender ao novo critério, embora com a nova regra 2 milhões de unidades consumidoras perderam o benefício e migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto), sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R$ 1,5 bilhão de investimentos, dos quais R$ 152,0 milhões de subvenções dos governos Federal e Estaduais. Esses investimentos objetivaram, principalmente, a expansão do atendimento com realização de novas ligações, expansão da rede de distribuição e construção, ampliação e modernização de subestações, focando sempre no atendimento e na qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores.

No âmbito da responsabilidade social, destaca-se a continuidade do Programa de Eficiência Energética nas comunidades de baixa renda que, desde sua implantação, proporcionou a doação e venda subsidiada de 174.619 geladeiras (50.302 apenas em 2011) e doação de 1.431.016 mil lâmpadas fluorescentes compactas (292.486 em 2011).

O crescimento do mercado das três distribuidoras foi de 2,5% em relação ao ano anterior, elevando o fornecimento consolidado de energia do Grupo para 29.178 GWh em 2011. A base de clientes das empresas aumentou 2,9% em relação ao mesmo período de 2010, passando de 9,1 milhões para 9,4 milhões de clientes. Parte desse acréscimo, equivalente a 40 mil ligações, correspondeu às ligações

Relatório da Administração

do programa de eletrificação rural Luz para Todos. Desde o lançamento do programa, em 2003, as três distribuidoras executaram 636 mil novas ligações de clientes nas áreas rurais dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em Geração, os investimentos foram de R$ 588 milhões, sendo R$ 162 milhões aplicados na aquisição da Energyworks, empresa de cogeração de energia, R$ 175 milhões aplicados nas obras da UHE Teles Pires, R$ 98 milhões aportados nas obras da UHE Belo Monte e R$ 49 milhões no término das obras da UHE Dardanelos, que entrou em operação comercial em agosto de 2011.

A Neonergia mantém o nível de Investment Grade (Grau de Investimento) concedido pela agência internacional de classificação de risco Standard & Poor´s, com rating "BBB-" na Escala Global. Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, as empresas do Grupo Neoenergia mantiveram o endividamento no longo prazo, utilizando recursos de bancos e agências de fomento para financiar seus planos de investimento, com o ingresso de R$ 811 milhões para as distribuidoras, tendo como fontes o BNDES, o BNB e a FINEP e ingresso de R$ 389 milhões para geradoras, tendo como fontes o BNDES e bancos repassadores. Em relação a nossas aplicações financeiras, aumentamos o volume de nossa carteira própria de R$ 575 milhões em dezembro de 2010 para R$ 1.170 milhões em dezembro de 2011, quando sua rentabilidade acumulada ao ano alcançou 102,27% do CDI. Nossas aplicações em Fundos Exclusivos encerraram o ano com um volume de R$ 3,15 bilhões e uma rentabilidade média acumulada ao ano de 100,21% do CDI, resultando num total de caixa de R$ 4,6 bilhões.

Nesse contexto, foi registrado um lucro líquido de R$ 1,6 bilhão, 12,7% inferior ao obtido em 2010 e EBITDA (a geração operacional de caixa) de R$ 2,9 bilhões, 2,5% inferior ao obtido em 2010. A receita operacional bruta alcançou R$ 14,0 bilhões e registrou incremento de 9,27% em relação a 2010. A margem bruta foi de 34,14%, 2,4 pontos percentuais inferior à obtida em 2010. A Neoenergia encerrou 2011 com R$ 6,8 bilhões de dívida. Por outro lado, a geração líquida de caixa cresceu de R$ 2,7 bilhões para R$ 3,2 bilhões (17,5%) e o total das disponibilidades de R$ 3,9 bilhões para R$ 4,6 bilhões (19,8%), o que garante solidez confortável para fazer frente aos investimentos em Geração e Distribuição.

Em relação a dividendos e juros sobre capital próprio, a Neoenergia já deliberou a distribuição de R$ 543 milhões na forma de juros sobre capital próprio e está propondo a destinação de R$ 194 milhões para reserva de dividendos a serem deliberados por Assembléia Geral. No ano de 2011 foram pagos R$ 878,4 milhões a seus acionistas.

No âmbito de nossos colaboradores, foram investidos R$ 3,5 milhões em treinamento no ano de 2011, valor 4,5% superior ao ano anterior.

São por esses resultados que a Neoenergia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao tempo que agradece aos seus mais de 18 mil colaboradores, diretos e indiretos, a todos os seus Acionistas, Conselheiros, clientes, fornecedores e governos Municipais, Estaduais e Federal.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Para 2011, de acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima-se que o PIB Brasileiro registre um crescimento de 3% ante 7,5% em 2010. A crise mundial, que desacelerou o crescimento da economia brasileira, aparece como responsável pelo baixo crescimento do PIB brasileiro. Os setores de serviços e agropecuária foram os principais responsáveis pelo crescimento dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O ano de 2011 foi um período em que o país decidiu controlar gastos, iniciou uma ainda tímida reforma fiscal e desacelerou o crescimento desafiado pela crise mundial. O governo retirou os estímulos fiscais no ano passado e o Banco Central brasileiro começou a elevar os juros para conter as altas de preços. Apesar disso, a economia perdeu força e a inflação, medida oficialmente pelo IPCA, fechou 2011 em 6,5%, dentro da meta do governo, e acima da taxa de 2010 (5,91%) em 0,59 ponto percentual. Este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de geração energia elétrica.

A taxa de câmbio fechou 2011 em R$/U$ 1,88 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar de 12,6% quando comparada a 2010, tendo como um dos principais fatores a crise européia.

O IGP-M acumulado em 2011 encerrou em 5,1% registrando uma forte desaceleração em relação a 2010 que foi de 11,3%, justificado principalmente pela depreciação nos preços das commodities. Este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de distribuição energia elétrica.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL, em 22 de abril de 2011 e 29 de abril de 2011, publicou Resoluções Homologatórias estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Coelba, Celpe e Cosern no período de abril de 2011 a abril de 2012. Tais tarifas foram reajustadas, em média, em 13,12%, 10,86% e 12,40%, respectivamente, com efeito médio percebido pelos consumidores foi de 9,92%, 8,27% e 9,86%.

2.2. NOVA METODOLOGIA DA REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para as distribuidoras do Grupo Neoenergia a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3º revisão tarifária das empresas, conforme previsto nos contratos de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC) ,que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões como 7,50% (após-impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício Fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto a justiça federal mantendo o benefício, ainda sem julgamento do mérito.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo

Relatório da Administração

reconhecido nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Para a Base de Remuneração foi mantida a metodologia utilizada será feita a avaliação dos investimentos incrementais, com a "blindagem" da base de remuneração avaliada no 2º ciclo de revisão.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que também deve ser objeto de questionamento judicial pela ABRADEE.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.

3. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída totalizou 29.178 GWh em 2011, representando um crescimento 2,5% em relação ao ano anterior.

Evolução do mercado de clientes cativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Variação horizontal	
Residencial	10.820.435	10.459.399	37,1%	36,7%	361.036	3,45%
Industrial	6.207.219	6.112.227	21,3%	21,5%	94.992	1,55%
Comercial	5.786.543	5.618.298	19,8%	19,7%	168.245	2,99%
Rural	1.991.274	1.991.976	6,8%	7,0%	-702	-0,04%
Poder Público	1.409.109	1.382.732	4,8%	4,9%	26.378	1,91%
Iluminação Pública	1.321.274	1.280.742	4,5%	4,5%	40.532	3,16%
Serviço Público	1.610.153	1.586.308	5,5%	5,6%	23.845	1,50%
Consumo Próprio	32.203	32.660	0,1%	0,1%	-457	-1,40%
Total	29.178.211	28.464.341	100,0%	100,0%	713.870	2,51%

Relatório da Administração

3.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A classe de consumo residencial representa 87,4% do total de consumidores do Grupo e a composição dos clientes por classe, está assim composta, de forma consolidada em 2011:

	Evolução do número de clientes ativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Variação horizontal	
Residencial	8.217.153	7.951.565	87,4%	87,1%	265.588	3,34%
Industrial	38.381	39.968	0,4%	0,4%	-1.587	-3,97%
Comercial	586.965	580.091	6,2%	6,4%	6.874	1,18%
Rural	436.538	442.892	4,6%	4,8%	-6.354	-1,43%
Poder Público	80.403	79.413	0,9%	0,9%	990	1,25%
Iluminação Pública	27.085	26.386	0,3%	0,3%	699	2,65%
Serviço Público	13.324	12.442	0,1%	0,1%	882	7,09%
Consumo Próprio	1.449	1.355	0,0%	0,0%	94	6,94%
Suprimento	37	42	0,0%	0,0%	-5	-11,90%
Total	9.401.335	9.134.154	100,0%	100,0%	267.181	2,93%

Com relação ao enquadramento na subclasse tarifária baixa renda, foi aplicada em 2011 a transição para os novos critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, em que de uma forma geral passa a ser obrigado o cadastramento junto ao Cadastro Único do Governo Federal e renda de até ½ salário mínimo por pessoa. Pela regulamentação da ANEEL, o critério antigo de enquadramento da tarifa social baseado no consumo médio de energia, foi gradativamente eliminado por faixas de consumo.

Não obstante as campanhas de mídia e comerciais promovidas que permitiram ampliar, no âmbito das distribuidoras do Grupo Neoenergia, em mais de 50% o número de famílias cadastradas que atendem ao novo critério, houve a perda do benefício para cerca de 2 milhões de unidades consumidoras que migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto), sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba. Nesse contexto, as empresas do Grupo têm trabalhado para o cadastramento de novas famílias de baixa renda em parceria com as prefeituras, sendo que ao longo de 2012 se buscará atingir, se não o todo, o máximo de consumidores reenquadrados na tarifa social, de forma a contribuir para a redução das perdas e melhoria da arrecadação. Dessa forma já tem se dedicado esforço adicional para que não se amplie o nível de inadimplência e perdas.

Abaixo a movimentação dos clientes baixa renda:

	Quantidade de clientes		
	Antes da Lei nº 12.212	Clientes não recadastrados	Após Lei nº 12.212
Coelba	2.596.124	1.162.787	1.433.337
Celpe	1.548.386	678.506	869.880
Cosern	453.158	113.527	339.631
Total	4.597.668	1.954.820	2.642.848

Relatório da Administração

3.3. BALANÇO ENERGÉTICO

O balanço energético da Coelba, Celpe e Cosern combinado é como segue:

CCEAR	%
28.427.269	78,6%
26.751.930	77,2%
6,26%	

PARTES RELACIONADAS	%
8.283.956	22,9%
8.280.853	23,9%
0,04%	

PROINFA	%
757.002	2,1%
763.724	2,2%
-0,88%	

MCSD	%
(1.284.014)	-3,5%
(1.127.249)	-3,3%
13,91%	

CONTRATOS	%
36.184.214	98,4%
34.669.259	97,5%
4,37%	

GERAÇAO PRÓPRIA	%
14.582	0,0%
13.093	0,0%
11,37%	

PERDAS REDE BÁSICA	%
(738.159)	-2,0%
(720.755)	-2,0%
2,41%	

MERCADO LIVRE	%
1.176.308	3,2%
1.465.487	4,1%
-19,73%	

INTERCÂMBIO	%
144.549	0,4%
125.727	0,4%
14,97%	

INJETADA DISTRIBUÍDA
36.781.494
35.552.811
3,46%

MERCADO PROPRIO	%
29.178.212	79,3%
28.464.342	80,1%
2,51%	

MERCADO LIVRE	%
2.192.760	6,0%
2.093.686	5,9%
4,73%	

PERDA DISTRIBUIÇÃO	%
5.265.973	14,3%
4.869.056	13,7%
8,15%	

INTERCÂMBIO	%
144.549	0,4%
125.727	0,4%
14,97%	

Legenda
2011
2010
Variação

RESIDENCIAL	%
10.820.435	37,1%
10.459.401	36,7%
3,45%	

INDUSTRIAL	%
6.207.219	21,3%
6.112.237	21,5%
1,55%	

COMERCIAL	%
5.786.543	19,8%
5.618.288	19,7%
2,99%	

RURAL	%
1.693.833	5,8%
1.669.902	5,9%
1,43%	

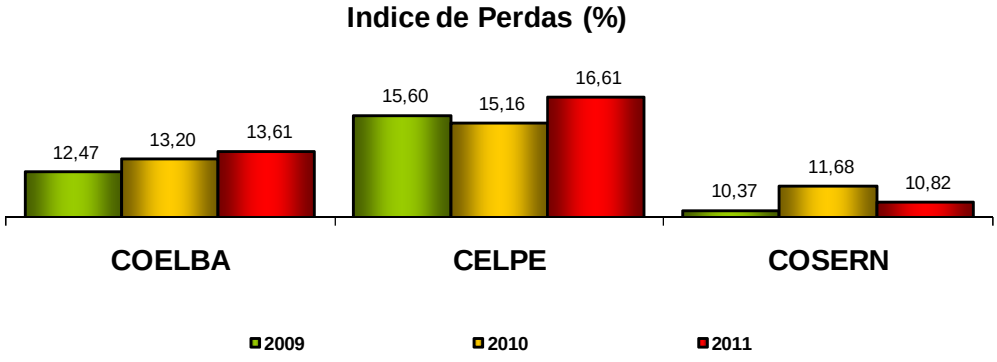
OUTROS	%
4.670.181	16,0%
4.604.515	16,2%
1,43%	

3.4. PERDAS

As perdas globais de energia são acompanhadas nas distribuidoras através do índice percentual que compara a relação entre a energia fornecida/faturada e a energia requerida/comprada, acumulados no período de 12 meses.

Para combate às perdas em 2010 foram realizadas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, verificação de ligações clandestinas.

A seguir apresentamos o histórico das perdas totais de distribuição (técnicas e comerciais) das distribuidoras do Grupo Neoenergia.



Relatório da Administração

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Freqüência das interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

A seguir a evolução da Duração das Interrupções por Consumidor – DEC e da Freqüência das interrupções - FEC, sem supridora:

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
DEC (Sem Supridora)	13,63	24,81	22,72	16,25	16,41	16,24	13,71	12,30	14,90
Efeito Supridora (DEC)	1,11	1,78	0,95	0,29	0,69	0,26	0,48	0,42	0,66

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
FEC (Sem Supridora)	6,73	10,14	9,48	6,48	6,68	6,38	6,54	6,38	7,88
Efeito Supridora (FEC)	0,74	1,03	1,01	0,51	0,58	0,32	1,35	0,60	1,32

4.2. ATENDIMENTO A CLIENTES

As ações e melhorias implementadas nos serviços de uma forma geral, prestados aos clientes em 2011, se fazem notar através da redução do número de reclamações registrado nas distribuidoras do Grupo.

As empresas mantêm uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatível com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

Ao longo do ano de 2011, a Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de 09 de setembro de 2010, foi implantada pelas distribuidoras de acordo com cronograma fixado no regulamento o que trouxe impactos relevantes para os processos operacionais da empresa. Destaca-se entre as mudanças, a vedação para a suspensão do fornecimento fora do horário comercial e após o decurso do prazo de 90 dias, contado da data da fatura vencida e não paga, salvo comprovado impedimento da sua execução por determinação judicial ou outro motivo justificável, ficando suspensa a contagem pelo período do impedimento. Além disso, a distribuidora deve emitir nova notificação, caso não efetue a suspensão do fornecimento no prazo máximo de 10 dias úteis. Essas duas medidas implicaram em importantes restrições nas ações de cobrança referente a débitos já existentes, prejudicando a arrecadação e de outro lado em maiores despesas, em face do maior volume de suspensões para novas faturas vencidas.

Relatório da Administração

5. INVESTIMENTOS

Em 2011 os investimentos totais do Grupo Neoenergia foram de R$ 2,1 bilhões. Com isso, o Grupo Neoenergia acumula investimentos no Brasil, desde 1997, da ordem de R$ 15,0 bilhões em temos nominais, distribuídos entre aquisições de empresas em leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital em controladas, investimentos nas controladas de distribuição e geração.

Os recursos foram destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e para a expansão da geração, tendo como destaque o programa Luz Para Todos e os projetos de geração.

5.1. PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Em 2011, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 40 mil novas ligações, e receberam R$ 152 milhões de subvenção do Governo para aplicação nesse Programa. No acumulado já foram efetuadas 636 mil novas ligações dentro do Programa Luz para Todos.

	Total	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Total	636.100	468.734	114.841	52.525
Em execução	3.595	3.595	-	-
A executar	-	-	-	-
Ligações previstas pelo programa (*)	639.695	472.329	114.841	52.525

5.2. INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Em 2005 a Neoenergia adquiriu a autorização das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Goiandira e Nova Aurora, localizadas no Estado de Goiás. A energia a ser produzida por essas usinas foi comercializada no Leilão nº 003/2005 de Geração de Energia, realizado em junho de 2006. Também em 2005, a Neoenergia obteve autorização para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Baguari, localizada no Rio Doce, em Minas Gerais.

Em 2006 participou do Leilão no 002/2006 de Geração de Energia comercializando a energia da PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetinga, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 2006, adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, construída no rio Corumbá, no município de Luziânia, no Estado de Goiás. A energia elétrica desta usina foi comercializada com a Companhia Energética de Brasília (CEB). No leilão de energia nº 004/06, realizado em 10 de outubro de 2006, adquiriu a concessão para construção e comercialização da energia da UHE Dardanelos, no rio Aripuanã, no Estado do Mato Grosso.

Em 2007 adquiriu autorização para construção da PCH Sítio Grande, localizada no rio das Fêmeas, no Estado da Bahia. A energia desta PCH foi comercializada no mercado livre.

Em 2008 adquiriu a concessão para construção e comercialização da energia da UHE Baixo Iguaçu, no rio Iguaçu, no Estado do Paraná, que terá potência instalada de 350 MW. O contrato de concessão ainda não foi assinado pelo poder concedente. No leilão de transmissão nº 006/08, adquiriu a concessão para construção da Subestação NARANDIBA, localizada em Salvador, no

Relatório da Administração

Estado da Bahia, investimento concluído e em operação.

Em 2010, no leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW. Em 21 de julho de 2010 a Neoenergia adquiriu 10% do capital social da Norte Energia S.A., empresa constituída para explorar a concessão para construção e comercialização a energia da UHE Belo Monte, no rio Xingu, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 11.233 MW. O contrato de concessão foi assinado pelo poder concedente em 26 de agosto de 2010. No leilão de energia nº 004/10, realizado em 17 de dezembro de 2010, a Neoenergia, em consórcio com Furnas, Eletrosul e OPI, adquiriu 50,01% da concessão para construção e comercialização da energia da UHE Teles Pires, no rio Teles Pires, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 1.820 MW. O contrato de concessão ainda não foi assinado pelo poder concedente.

Os quatro investimentos ainda a construir irão demandar investimentos da Neoenergia de aproximadamente R$ 5,0 bilhões, com a expectativa de alavancagem na ordem de 70%.

A seguir, as principais características dos projetos:

	Goiás Sul			Rio PCH I		Geração
	Goiandira	**Nova Aurora**	**Bahia PCH I**	**Pirapetinga**	**Garrafão**	**Eólica**
Participação da Neoenergia	100%	100%	100%	75%	75%	50%
Potência Instalada (MW) (*)	27	21	25	17	17	258
Energia Assegurada (MWm) (*)	17,09	12,37	19,62	11,31	11,50	112,27
Área do Reservatório (Km^2) (*)	6,42	6,83	0,55	0,40	2,71	

	Baguari I	**Corumbá III**	**Dardanelos**	**Baixo Iguaçu**	**Belo Monte**	**Teles Pires**
Participação da Neoenergia	51%	60%	51%	100%	10%	50,1%
Potência Instalada (MW) (*)	140	94	261	350	11.233	1.820
Energia Assegurada (MWm) (*)	81,4	50,9	154,9	172,8	4.571,0	915,4
Área do Reservatório (Km^2) (*)	14,2	72,4	0,2	31,6	516,0	115,0

* Dados estimados dos projetos

As UHE´s Baguari e Corumbá III e das PCH´s Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em 2009. As PCH´s Sítio Grande e Goiandira entraram em operação comercial em 2010 e a UHE Dardanelos e a PCH Nova Aurora entraram em operação comercial em 2011. As UHE´s Belo Monte e Teles Pires tem expectativa para entrada em operação comercial em 2014 e as Usinas Eólicas em 2012.

Relatório da Administração

6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

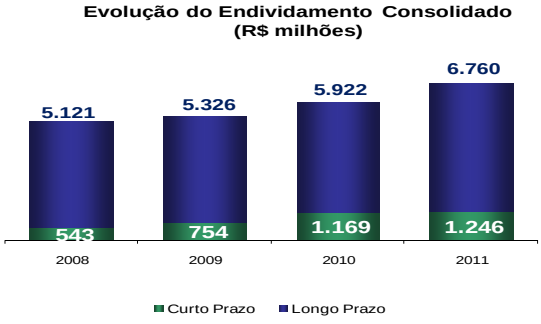
6.1. INDICADORES EMPRESARIAIS

A seguir apresentamos quadro resumo com os principais indicadores econômico-financeiros consolidados, destacando que os resultados de 2011 e 2010 estão de acordo com as novas normas contábeis.

Dados Econômico-Financeiros	31/12/2010	31/12/2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	12.837.837	14.019.582	9,2%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	8.958.177	9.770.849	9,1%
EBITDA (R$ mil)	2.975.228	2.894.064	-2,7%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	2.480.497	2.355.041	-5,1%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	78.033	(88.797)	-213,8%
Lucro Líquido (R$ mil)	1.777.984	1.551.628	-12,7%
Ativo Total (R$ mil)	19.611.557	21.634.744	10,3%
Dívida Bruta (R$ mil)	5.767.155	6.760.191	17,2%
Dívida Líquida (R$ mil) *	1.904.621	2.133.038	12,0%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	10.407.849	11.042.326	6,1%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	33,2%	29,6%	-3,59 p.p
Margem EBIT	27,7%	24,1%	-3,59 p.p
Margem Líquida	19,8%	15,9%	-3,97 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	(38,1)	32,6	-185,5%
Dívida Bruta/EBITDA**	1,9	2,3	20,5%
Índice de Endividamento Líquido	15,5%	16,2%	0,72 p.p

6.2. ENDIVIDAMENTO

Em 2011, o Grupo acumulou 79% da dívida em operações de longo prazo.



Relatório da Administração

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Grupo Neoenergia, por meio de suas controladas, atua ativamente nas localidades onde essas estão estabelecidas, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de convênios, ações filantrópicas, realização de obras, doações, programas de meio ambiente, além da realização de diversos patrocínios culturais.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM no. 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes, em abril de 2009, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 2 (dois) anos. A Ernst & Young desde então não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Neoenergia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

9. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é conseqüência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.